



## Ministério Público



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
**WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA**

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**VICENTE FELIX CORREIA**

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ**

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE Omena ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

EDUARDO TAVARES MENDES

DILMAR LOPES CAMERINO

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 5 DE AGOSTO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 462/2015.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Emissão de nota de empenho.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para aquisição de seis (6) Nobreak para desktop – Tipo 2 – Monofásico com potência de 3.000VA, constantes da Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2014, lote 16, item 1, do pregão eletrônico nº 31/PGJ/2013, para atender às necessidades da Procuradoria Geral Justiça do Estado de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços – SRP. Impossibilidade. Caducidade superveniente da ata de registro de preços regente. Pelo indeferimento, sugerindo comunicação ao setor interessado, para providências cabíveis, e ulterior arquivamento dos autos".

Proc: 2655/2015.

Interessado: Dra. Adriana Gomes Moreira dos Santos, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2687/2015.

Interessado: Dra. Karla Padilha Rebelo Marques, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2704/2015.

Interessado: Dra. Adriana Maria de Vasconcelos Feijó, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2720/2015.

Interessado: Dr. Marllisson Andrade Silva, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2752/2015.

Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito desta PGJ, em especial a edição do Ofício nº 453/2015 – GAB/PGJ, arquite-se.

Proc: 2755/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de União dos Palmares.

Assunto: Encaminhando autos para os fins do art. 28 do CPP (cópia de peças dos autos n.º 0700005-66.2015.8.02.0052).

Despacho: Considerando o parecer da Assessoria Técnica que opinou "(...) pela designação de Promotor de Justiça para atuar no caso, conforme disposto no art. 28 do Código de Processo Penal", designo o Promotor de Justiça Tácito Yuri de Melo Barros, titular da 1ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, para adotar as providências que a situação reclama. Lavre-se a necessária portaria. Em seguida, encaminhe-se cópia fotostática deste processo administrativo, por e-mail e pelos correios, ao Promotor de Justiça designado. Oficie-se ao Juízo de Direito interessado. Cumpridas as diligências acima determinadas, arquite-se.

Proc: 2761/2015.

Interessado: Dr. Paulo Henrique da Silva Aguiar, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2788/2015.

Interessado: Dr. Cláudio Luiz Galvão Malta, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2795/2015.

Interessado: Dr. Cláudio Pereira Pinheiro, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2810/2015.

Interessado: Dr. Luciano Romero da Matta Monteiro, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2835/2015.

Interessado: Dr. Artran de Pereira Monte, Procurador de Justiça aposentando.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2847/2015.

Interessado: Dra. Silvana de Almeida Abreu, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2868/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Capital.  
Assunto: Vista de processo digital para os fins do art. 28 do CPP. (Proc. n.º 0700627-03.2015.8.02.0067).  
Despacho: Considerando o teor do parecer da Assessoria Técnica desta Procuradoria Geral de Justiça que opinou pela “designação de outro Promotor de Justiça para atuar no caso em tela”, designo a Promotora de Justiça Myriã Tavares Pinto Cardoso Ferro, para oficiar nos autos. Lavre-se a necessária portaria. Em seguida, encaminhe-se cópia fotostática deste processo administrativo, por e-mail e pelos correios, à Promotora de Justiça designada. Oficie-se ao Juízo de Direito interessado. Cumpridas as diligências acima determinadas, archive-se.

Proc: 2872/2015.

Interessado: Dra. Micheline Laurindo Tenório Silveira dos Anjos, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2877/2015.

Interessado: Dra. Maria José Alves da Silva, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2878/2015.

Interessado: Dr. Silvio Azevedo Sampaio, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2897/2015.

Interessado: Dr. Jorge José Tavares Dória, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2911/2015.

Interessado: Dr. Fernando Padilha Alves, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2919/2015.

Interessado: Dra. Maria Aparecida de Gouveia Carnaúba, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2976/2015.

Interessado: Dra. Nísia Cunha Rios Cavalcanti, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 3065/2015.

Interessado: Warner Leite de Assis, curador do Dr. Antônio de Souza Assis.  
Assunto: Requerimento de isenção de imposto de renda.  
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Constitucional. Direito de Certidão. Aplicação do art. 5º, XXXIII e XXXIV, da Constituição Federal de 1988. Pedido de emissão de declaração para fins de aferição de benefício de isenção fiscal. Finalidade do objeto, exaurida a luz das informações prestadas pela Diretoria de Pessoal desta PGJ. Incidência da Lei n.º 9051/95. Pela notificação da parte interessada acerca das informações da DP insitas dos autos e ulterior arquivamento, sem prejuízo da concessão do objeto por clarificador promoção do direito constitucional à informação”.

Proc: 3075/2015.

Interessado: Suely da Silva Brasileiro.  
Assunto: Pedido de providências.  
Despacho: Remetam-se os autos à 62ª Promotoria de Justiça da Capital, com traslado à 2ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.

Proc: 3146/2015.

Interessado: Robisvaldo Alexandre da Silva.  
Assunto: Representação.  
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa de cópia dos autos ao Conselho Nacional de Justiça para as medidas cabíveis.

Proc: 3178/2015.

Interessado: Central Única dos Trabalhadores – CUT.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a expedição de ofício ao Exmo. Sr. Governador de Alagoas, nos termos sugeridos, bem como a remessa de cópia dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual, para os fins de direito. Cientifique-se o interessado.

Proc: 3191/2015 (Apenso aos Proc. 1563/2015 e 5712/2014).

Interessado: Dra. Denise Guimarães de Oliveira, Procuradora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Defiro o pedido formulado, autorizando a reforma objetivada, a expensas da requerente, como solicitado na inicial, limitada ao espaço destinado ao gabinete da 10ª Procuradoria de Justiça Cível, sem envolver áreas contíguas. Cientifique-se. À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 3231/2015.

Interessado: Dr. Sóstenes de Araújo Gaia, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de diárias.  
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3270/2015.

Interessado: Dra. Alba Nívea de Barros Mendes, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de férias.  
Despacho: Defiro o pedido nos termos da informação anexa. À DP para as providências cabíveis, voltando.

Proc: 3272/2015.

Interessado: Franciele Martins e outros.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Encaminhe-se aos interessados, via e-mail, cópia das informações da DP e DPO/DCF, ressaltando-se que todos os dados solicitados encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado de Alagoas (<http://sis.mp.al.br/transparencia/>).

Proc: 3273/2015.

Interessado: Dra. Ilda Regina Reis Santos, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de diárias.  
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3276/2015.

Interessado: Dr. José Antônio Malta Marques, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de diárias.  
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3281/2015.

Interessado: Dra. Francisca Paula de Jesus Lôbo Nobre Santana, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3285/2015.

Interessado: Dr. Cláudio José Moreira Teles, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 3286/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Manifestações nºs 20150039462, 20150039877, 20150036948 e 20150036979).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3291/2015.

Interessado: Dr. Lissael de Almeida, Promotor de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. À DP para as medidas de estilo.

Proc: 3297/2015.

Interessado: Sandro Barreto Nunes Menezes, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 3298/2015.

Interessado: Dr. Marcos Barros Méro, Procurador de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. À DP para as medidas de estilo.

Proc: 3307/2015.

Interessado: Dra. Lavinia Silveira de Mendonça Frago, Promotora de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. À DP para as medidas de estilo.

Proc: 3311/2015.

Interessado: Carlos Eduardo Ávila Cabral, Diretor-Geral desta PGJ.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 3312/2015.

Interessado: Secretaria de Estado da Saúde.

Assunto: Requerimento de designação.

Despacho: À Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 3315/2015.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 3318/2015.

Interessado: Dr. George Sarmiento Lins Júnior, Promotor de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. À DP para as medidas de estilo.

Proc: 3319/2015.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 3325/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 3328/2015.

Interessado: Maria Aparecida Pereira dos Santos.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 3345/2015.

Interessado: Sindicato dos Médicos de Alagoas – SINMED.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: A exemplo do Proc. 3233/2015, remetam-se os autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Municipal, com traslado à 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 3375/2015.

Interessado: Diretoria de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Provimento de cargo público.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Denúncia Anônima nº 24/2015.

Interessado: Anônimo.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 5 de agosto de 2015.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Analista do Ministério Público

ATO PGJ Nº. 4/2015

Prorroga, por 12 (doze) meses, o prazo de validade do 5º Processo Seletivo para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva de estagiário do Ministério Público do Estado de Alagoas.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Edital do 5º Processo Seletivo para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para estagiários, realizado pela Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional, em seu item 10.1, fixou o prazo de validade de 1 (um) ano para o referido concurso, contado a partir da data de homologação do resultado final do mesmo, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Procurador-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO que os resultados finais do Processo Seletivo, foi homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público no dia 7 de agosto de 2014.

CONSIDERANDO a existência de um quantitativo considerável de candidatos remanescentes classificados no quadro de reserva do propalado concurso;

CONSIDERANDO que o referido certame selecionou e vem fornecendo a este Órgão Ministerial um indubitoso contingente de estudantes do curso de Direito de diversas faculdades de Alagoas bem preparados sob o ponto de vista técnico intelectual;

CONSIDERANDO a proximidade da expiração do prazo de validade do certame em questão;

CONSIDERANDO, por fim, a conveniência da Administração em prestigiar o referido processo seletivo, evitando o dispêndio de recursos públicos com a realização de um novel certame.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por 12 (doze) meses, o prazo de validade do 5º Processo Seletivo Público para Provimento de Vagas e Formação de Quadro de Reservas de Estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 05 de agosto de 2015.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 182549

PORTARIA PGJ n° 731, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. TÁCITO YURI DE MELO BARROS, 1º Promotor de Justiça de União dos Palmares, de 2ª entrância, para atuar nos autos do processo n° 0700005-66.2015.8.02.0052, em tramitação na 3ª Vara Criminal de União dos Palmares.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 732, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. MIRYÁ TAVARES PINTO CARDOSO FERRO, 54ª Promotora de Justiça da Capital, para atuar nos autos do processo n° 0700627-03.2015.8.02.0067, em tramitação na 6ª Vara Criminal da Capital.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 733, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor da Dra. ILDA REGINA REIS SANTOS, Promotora de Justiça de Messias, de 1ª entrância, portadora do CPF n° 564.379.514-00, matrícula n° 69206, 2 (duas) meias diárias, no valor unitário de R\$ 201,94 (duzentos e um reais e noventa e quatro centavos), perfazendo um total de R\$ 403,88 (quatrocentos e três reais e oitenta e oito centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Major Isidoro, nos dias 21 e 28 de julho do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Major Isidoro, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 84, de 30 de janeiro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 734, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. CLÁUDIO JOSÉ MOREIRA TELES, 2º Promotor de Justiça de Delmiro Gouveia, de 2ª entrância, portador do CPF n° 633.993.005-06, matrícula n° 69204, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Mata Grande, nos dias 2, 9, 16, 23 e 30 de julho do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Mata Grande, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 291, de 30 de março de 2009, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 735, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES, 49º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF n° 123.779.104-91, matrícula n° 55850-8, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e

quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Cacimbinhas, nos dias 3, 10, 11, 12 e 18 de junho do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Cacimbinhas, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 79, de 22 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 736, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. SÓSTENES DE ARAÚJO GAIA, 1º Promotor de Justiça de Atalaia, de 2ª entrância, portador do CPF n° 042.071.224-00, matrícula n° 14249, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Santa Luzia do Norte, nos dias 7, 20, 23, 27 e 28 de julho do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Satuba, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 26, de 7 de janeiro de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 737, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor da Dra. FRANCISCA PAULA DE JESUS LÔBO NOBRE SANTANA, Promotora de Justiça de Maragogi, de 2ª entrância, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Novo Lino, nos dias 1º, 8, 15, 22 e 29 de julho do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Novo Lino, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 919, de 22 de agosto de 2011, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 738, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. FÁBIO VASCONCELOS BARBOSA, 4º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, portador do CPF n° 208.853.934-49, matrícula n° 74261, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 897,52 (oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Maravilha, nos dias 7, 21, 22 e 28 de maio do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Maravilha, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 147, de 27 de fevereiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 739, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, RESOLVE adiar, por interesse do serviço, as férias do Dr. PÉRICLES GAMA DE LIMA FILHO, 40° Promotor de Justiça da Capital, referentes ao mês de agosto, com efeitos retroativos ao dia 1° de agosto do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 182518

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

#### AVISO DE COTAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Compras, avisa as EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM INFRAESTRUTURA PARA DATACENTER, que a partir da publicação deste Aviso, serão contados 20 dias para apresentação de propostas.

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO, PREENCHENDO A CARÊNCIA E ATENDER A DEMANDA DA INSTITUIÇÃO, MELHORANDO O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES.

Maiores informações sobre a cotação e todas as especificações encontram-se à disposição na Procuradoria-Geral de Justiça, Setor de Compras, 2° andar da Sede do Ministério Público Estadual situada à Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço - Maceió - Alagoas, CEP 57.025-400, das 07h30min às 13h30min, devendo os interessados entrar em contato pelo e-mail: diogocompraspal@gmail.com, compras@mpal.mp.br ou por telefone, através do número (82) 2122-3541.

Maceió, 05 de Agosto de 2015

Isadora Aguiar Ferreira da Silva  
Setor de Compras

Protocolo 182341

## Escola Superior do Ministério Público

PORTARIA ESMP/AL n° 09 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

O VICE-DIRETOR DE PLANEJAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3°, do artigo 6°, do Ato PGJ n° 03/12, resolve incluir no programa "Voluntariado do Ministério Público de Alagoas" a prestadora de serviço voluntário ANA CAROLINA FERRAZ BUARQUE, a partir de 10.08.2015, bem como estabelecer sua lotação na 11ª Promotoria de Justiça da Capital.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ  
Promotor de Justiça  
Vice-Diretor de Planejamento da ESMP-AL

Protocolo 182471

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

A DIRETORIA DA ESMP-AL, NESTA DATA:

Considerando o princípio constitucional da publicidade e os poderes delegados pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça;

Considerando a existência de vaga no Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas;

CONVOCA, abaixo, os aprovados no 5º Processo Seletivo para o quadro de vagas e formação de cadastro de reserva de Estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas para assumir vaga no referido programa:

\*MACEIÓ:

- (104°) LAYZA RAVANE DA SILVA LIMA;
- (105°) DAVID LUIS CORREIA VILELA;
- (106°) BRUNO LEOCADIO NOGUEIRA FERNANDES;
- (107°) PRISCILA VITORIO BORGES PEREIRA;
- (108°) MARK LUIS CALHEIROS LUBKER;
- (109°) THALLES FELIPE BARBOSA LAURENTINO;
- (110°) SUZANY PEDROSA MELO.

\*MARIBONDO:

- (3°) TATIANE APARECIDA CAVALCANTE DE OLIVEIRA.

INFORMA, ainda, que os convocados deverão comparecer à ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no endereço Rua Humberto Mendes, n° 636 (acesso pelo portão da rua lateral do prédio), 1° andar, Bairro Poço - Maceió-AL, no horário de funcionamento - 7h30min às 12h30min, no prazo de 7 (SETE) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DESTA DATA, sob pena de perda da respectiva vaga, munidos da seguinte DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

- a) Documento oficial de identidade e CPF (original e 2 cópias);
- b) Comprovante de residência (original e 1 cópia);
- c) Título de eleitor e um dos seguintes documentos: comprovante da última votação (original e 1 cópia) ou Certidão da Justiça Eleitoral comprovando quitação eleitoral;
- d) Carteira de reservista (original e 1 cópia);
- e) Certidão de nascimento ou de Casamento (original e 1 cópia);
- f) 02 (duas) fotos 3x4;
- g) 02 (duas) vias da Declaração de Vínculo com uma das instituições de ensino superior conveniadas ao Ministério Público do Estado de Alagoas, informando que está matriculado e frequenta um dos três últimos anos do curso de Direito, não sendo válido o comprovante de pagamento da matrícula;
- h) 02 (duas) vias do Comprovante de horário das disciplinas em que se encontra matriculado fornecido pela faculdade;
- i) 02 (duas) vias da Declaração de disponibilidade de tempo para a realização de estágio de 20 (vinte) horas semanais, no horário de funcionamento da Procuradoria-Geral de Justiça ou Promotorias de Justiça, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);
- j) 02 (duas) vias da Declaração que não possui cargo, função e/ou estágio com vedação de acumulação prevista no artigo 19 da Resolução CNMP n.º 42/2009, de 26/06/2009, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);
- k) Certidões cível e criminal das Justiças Estadual e Federal;
- l) Declaração indicando os dados bancários de sua conta-corrente no Banco do Brasil, feita pelo(a) próprio(a) candidato(a);
- m) Outros documentos necessários solicitados pela Escola Superior do Ministério Público e/ou Diretoria de Pessoal do Ministério Público do Estado de Alagoas, no momento em que o candidato se apresentar dentro do prazo permitido.

Maceió, 04 de agosto de 2015.

Cláudio José Brandão Sá  
Promotor de Justiça  
Vice-Diretor da ESMP-AL

Protocolo 182469

## Conselho Superior do Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
EXTRATO DA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMP DE 2015

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de julho do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 14h10, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, compareceram, para realização da 22ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Sérgio Jucá, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Dilmar Lopes Camerino, Denise Guimarães de Oliveira e Vicente Felix Correia, sob a presidência do primeiro, tendo o Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque chegado após o início da sessão. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente. Ato contínuo, foi posta à apreciação a ata da 19ª reunião ordinária de 2015, a qual resultou aprovada por unanimidade. Após, passou-se à análise dos seguintes expedientes para conhecimento: 1. Ofício n° 273/2015 (PGJ/AL-2388/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia do Relatório de Correição Ordinária na Promotoria de Justiça de Paripueira. 2. Ofício n° 280/2015 (PGJ/AL-2389/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia do Relatório de Correição Ordinária na 1ª

Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. 3. Ofício nº 281/2015 (PGJ/AL-2390/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia do Relatório de Correição Ordinária na 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. 4. Ofício nº 286/2015 (PGJ/AL-2391/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia do Relatório de Correição Ordinária na 50ª Promotoria de Justiça da Capital. 5. Ofício nº 284/2015 (PGJ/AL-2392/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia do Relatório de Correição Ordinária na Promotoria de Justiça de Junqueiro. 6. Ofício nº 271/2015 (PGJ/AL-2393/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia do Relatório de Correição Ordinária na Promotoria de Justiça de São Luis do Quitunde. 7. Ofício nº 277/2015 (PGJ/AL-2394/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia do Relatório de Correição Ordinária na Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela. 8. Ofício nº 276/2015 (PGJ/AL-2395/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia do Relatório de Correição Ordinária na Promotoria de Justiça de Anadia. 9. Ofício nº 2305/2015 (PGJ/AL-2657/2015). Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de cópia do Relatório de Correição Ordinária na 51ª Promotoria de Justiça da Capital. 10. Memorando nº 765/2015. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Encaminhamento de relatório de correição interna. 11. Memorando nº 774/2015. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de encaminhamento de autos, Notícia de Fato nº 231/2015, com declínio de atribuições, ao Ministério Público do Trabalho em Alagoas. 12. Ofício nº 90/2015. Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação de prazo para conclusão do Inquérito Civil Público nº 11/2012 (PGJ/AL-4227/2011). 13. Ofício nº 169/2015 (PGJ/AL-2274/2015). Origem: Promotoria de Justiça de São Luis do Quitunde. Assunto: Comunicação da instauração de Procedimento Preparatório, através da Portaria nº 05/2015, para investigar possíveis atos de improbidade administrativa no IPREVSLQ. 14. Ofício nº 210/2015. Origem: Promotoria de Justiça de São Luis do Quitunde. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil Público para apurar irregularidades na omissão de transmissão de dados ao SIOPE, por parte da Prefeitura Municipal de São Luis do Quitunde, exercícios 2013 e 2014. 15. Ofício nº 702-D/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação da instauração de Procedimento Preparatório, através da Portaria nº 01/2015, para investigar possíveis atos de improbidade administrativa por apropriação indevida de recursos por presidente da Câmara de Vereadores de Penedo. 16. Ofício nº 61/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil Público, através da Portaria nº 10/2015, para apurar supostas irregularidades em aquisição/pagamento de equipamentos para material de escritório. 17. Ofício nº 68/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil Público, através da Portaria nº 11/2015, para apurar notícia de contratação irregular da empresa Bernardo Vidal, para prestação de serviços de assessoria na Câmara de Vereadores de Rio Largo, anos 2011/2012. 18. Ofício nº 164/2015. Origem: Ouvidoria do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório mensal de atividades desenvolvidas, referentes ao mês de junho de 2015. 19. Memorando nº 805/2015 (PGJ/AL-3089/2015). Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação do encaminhamento, com declínio de atribuições, dos autos do Procedimento Preparatório nº 10/2015, para a Procuradoria da República em Alagoas, em razão de tratar-se de reclamação em face da Caixa Econômica Federal. 20. Ofício nº 23/2015. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Assunto: Comunicação da instauração de Procedimento Administrativo Preliminar nº 01/2015 cujo objetivo é investigar possível prática de ato de improbidade administrativa supostamente perpetrada pelo Sr. Luiz Medeiros Nobre, Prefeito do Município de Carneiros/AL, durante os anos de 2014 e 2015, relacionada ao não cumprimento de piso salarial dos agentes de saúde. 21. Ofício nº 94/2015. Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação de prazo para conclusão do Procedimento Preparatório nº 04/2015, que trata de supostas irregularidades na base de cálculo para fins de apuração dos percentuais mínimos de investimento nas áreas de saúde e educação públicas pelo Estado de Alagoas. 22. Ofício nº 39/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Igreja Nova. Assunto: Comunicação da conversão de Procedimento Preparatório nº 01/2014 em Inquérito Civil nº 03/2015. 23. Ofício NDEMA nº 544/15. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Assunto: Comunicação da instauração de Procedimento Preparatório para apuração de irregularidade na instalação de empreendimento potencialmente poluidor em área localizada no Distrito Industrial de Marechal Deodoro. 24. Ofício nº 710-B/15. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação da instauração de Procedimento Preparatório nº 04/2015 para apurar a existência de profissionais sem habilitação exercendo cargos privativos de educadores físicos no Município de Penedo. 25. Ofício nº 72/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Assunto: Encaminhamento de cópia de ação civil pública movida contra o Município de Rio Largo e outros, com fins de garantir o funcionamento do CAE - Conselho de Alimentação Escolar naquela municipalidade. 26. Ofício nº 119/2015. Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de arquivamento na origem de Notícia de Fato nº 22/2014 cujo objeto é a interdição de

prédio do INSS localizado no Centro de Maceió. 27. Ofício nº 35/2015. Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de designação da Excelentíssima Senhora Maria Cecília Pontes Carnaúba para integrar o Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos à Educação da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais - Conselho Nacional do Ministério Público. 28. Ofício nº 51/2015 (PGJ/AL-2560/2015). Origem: Promotoria de Justiça da Paulo Jacinto. Assunto: Comunicação da prorrogação de prazo para conclusão do Procedimento Preparatório nº 02/2015. 29. Ofício nº 89/2015 (PGJ/AL-2805/2015). Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação de prazo para conclusão do Procedimento Preparatório nº 06/2015 que trata de supostas irregularidades na aplicação de recursos destinados à compra de merenda escolar na Escola Estadual Professora Laura Dantas. 30. Ofício nº 230/2015 (PGJ/AL-3090/2015). Origem: Promotoria de Justiça de São Luis do Quitunde. Assunto: Encaminhamento de ação civil pública nº 0700328-65.2015.8.02.0054 ajuizada contra Eraldo Pedro da Silva (Prefeito de São Luis do Quitunde) e Christiano Manoel da Silva Cavalcante (Secretário Municipal de Saúde). 31. Proc: 2978/2015. Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correição na Promotoria de Justiça de Olho D'Água das Flores. 32. Proc: 2979/2015. Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correição na Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia. 33. Proc: 2980/2015. Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correição na Promotoria de Justiça de Taquarana. 34. Proc: 2981/2015. Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correição na Promotoria de Justiça de Batalha. 35. Proc: 2982/2015. Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correição. 36. Proc: 3081/2015. Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correição no Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas - GECOC. 37. Proc: 3083/2015. Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correição na Promotoria de Justiça de São Brás. 38. Proc: 3084/2015. Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correição na Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar. Não houve manifestação dos Conselheiros presentes acerca dos expedientes acima listados. Ato contínuo foi aberta a discussão do processo de remoção pelo critério de antiguidade para a Promotoria de Justiça de Maribondo, de 1ª Entrância, que teve como único candidato inscrito (Proc. n. PGJ/AL 2450/2015) o Dr. Paulo Henrique da Silva Aguiar, Promotor de Justiça de Igaci. Após a apresentação dos votos orais dos senhores Conselheiros presentes, o Senhor Presidente proclamou o seguinte resultado: à unanimidade, foi deliberada a remoção pleiteada, com a publicação, na imprensa oficial do Estado, do respectivo ato. Em seguida, passou-se a apreciar os processos para deliberação: 1. Proc. 2745/2015. Interessado: Dr. Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Promotor de Justiça e Secretário do Conselho Superior. Assunto: Encaminhamento de relação de Promotorias vagas, no âmbito da 1ª entrância, em cumprimento a decisão proferida na 17ª reunião ordinária do Conselho Superior, realizada em 8 de junho do corrente ano. Proclamado o resultado: pela publicação na imprensa oficial do Estado da relação das promotorias vagas de 1ª entrância. 2. Proc. n. PGJ/AL 2648/2015, cuja interessada é a Dra. Nísia Cunha Rios, requerendo providências deste Conselho (Consulta). Pela ordem, a Conselheira Denise Guimarães de Oliveira pediu a palavra para, na oportunidade, manifestar-se nos seguintes termos: “que mantinha seu posicionamento defendido por ocasião de reuniões anteriores, onde se deliberou sobre consultas de matéria correlata. afirmou que continua a entender que a matéria seja da alçada do CSMP, embora, por maioria, não tenha sido reconhecida a sua atribuição e encaminhada ao Colégio de Procuradores, que por sua vez, encaminhou a Corregedoria-Geral do MP para fins de direito. Entretanto, não concorda que a matéria não seja desta feita, conhecida pelo CSMP e tão somente encaminhada à Corregedoria-Geral do MP para fins de direito, fez menção ao art. 165 do RICSMP sobre a atribuição do CSMP”. Proclamado o resultado: por maioria, deliberou-se pelo envio dos respectivos autos à Corregedoria-Geral do Ministério Público. 3. Proc: 2965/2015. Interessado: Dr. Cyro Eduardo Blatter Moreira, Promotor de Justiça. Assunto: Requerimento de licença especial para participação em curso de Mestrado em Segurança Pública, na Universidade de Vila Velha/ES. Proclamado o resultado: deliberou-se, por unanimidade, na concessão da licença requerida pelo interessado, Dr. Cyro Eduardo Blatter Moreira, nos termos da legislação institucional e com a observância dos artigos 124 a 128 do RICSMP/AL. Em continuidade, foram postos em apreciação os seguintes processos para deliberação em reexame de promoção de arquivamento: 1. Inquérito Civil Público nº 20/2012 (02 vols.) anexos Procedimento Administrativo nº 017/2011, Procedimento Administrativo nº 006/2011, Procedimento Administrativo nº 029/2011, Procedimento Administrativo nº 189/2012, Procedimento Administrativo nº 096/2012, Procedimento Administrativo nº 190/2012, Procedimento Administrativo nº 284/2012, Procedimento Administrativo nº 177/2012, Procedimento Administrativo nº 109/2013, Procedimento Administrativo nº 185/2012 (PGJ/AL-3942/2012) e

Procedimento Administrativo nº 084/2012 (PGJ/AL-1800/2012). Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado(a): Consumidores. Assunto: Denúncia de irregularidades no plano de saúde Hapvida. Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. 2. Procedimento Preparatório nº 84/2014 (01 anexo). Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): DENASUS. Assunto: Encaminhamento de auditoria realizada na Secretaria de Estado da Saúde (Constatação nº 246802). Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. 3. Procedimento Preparatório nº 14/2012. Origem: 6ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): José Domingos da Silva. Assunto: Denúncia de suposto erro pericial cometido por Médico Legista do IML-Maceió. Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. 4. Procedimento Preparatório nº 08/2014. Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Associação dos Idosos de Alagoas. Assunto: Representação em desfavor de associada. Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. 5. Procedimento Administrativo nº PGJ/AL-4545/2014. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Interessado(a): Sob sigilo. Assunto: Notícia de possível prática de atos de improbidade administrativa perpetrados por Jarbas Pereira Ricardo, ex-gestor do município de São José da Tapera. Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. 6. Procedimento Preparatório nº 172/2013 (02 anexos). Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Juízo de Direito da 17ª Vara Cível da Capital. Assunto: Apuração de fatos supostamente caracterizadores de improbidade administrativa decorrente de descumprimento de decisão judicial e na prática de eventuais irregularidades no processo de licitação nº 05/2012 no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde. Relator(a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. 7. Inquérito Civil Público nº 024/2012 (03 anexos). Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado(a): Consumidores. Assunto: Notícia de descumprimento da Lei Municipal nº 5.516/2006 por estabelecimentos bancários em Maceió. Relator(a): Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo. 8. Verificação Prévia de Informações nº 05/2015 (PGJ/AL-888/2014 e 1929/2014). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Interessado(a): SATEAL. Assunto: Investigação do funcionamento regular da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no município de Coruripe. Relator(a): Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo. 9. Verificação Prévia de Informações nº 02/2015. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Interessado(a): Coletividade. Assunto: Implantação dos serviços de LA e PSC junto ao CREAS de Coruripe. Relator(a): Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo. 10. Processo nº PGJ/AL-679/2014. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público, Instituto do Meio Ambiente (IMA/AL), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, e Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel. Assunto: Regularização do Sistema Municipal de Meio Ambiente da Barra de São Miguel. Relator(a): Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo. 11. Procedimento Administrativo nº 121/2014 (09 anexos). Origem: 20ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Apuração da regularidade da contratação da prestação de serviços de monitoramento e vigilância eletrônica pela empresa Century - Comércio de Peças e Serviços Ltda. Relator(a): Conselheira Denise Guimarães de Oliveira (Retorno do pedido de vista do Senhor Presidente). Em razão do adiamento da hora, o Senhor Presidente, com a anuência dos demais Conselheiros presentes, suspendeu a sessão, determinando que os demais processos relacionados na ordem do dia fossem incluídos na pauta da reunião vindoura. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, e, para constar, eu, Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Secretário deste Conselho, lavrei a presente ata, que vai assinada, nos termos do art. 30, § 5º, do Regimento Interno, por mim, pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Sérgio Jucá  
Presidente (Procurador-Geral)

Lean Antônio Ferreira de Araújo  
Conselheiro

Dilmar Lopes Camerino  
Conselheiro

Denise Guimarães de Oliveira  
Conselheira

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque  
Conselheiro

Vicente Felix Correia  
Corregedor-Geral e Conselheiro

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho  
Secretário do CSMP  
Promotor de Justiça

**Protocolo 182346**

## Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PENEDO

PORTARIA N.º 06/15

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL ora em exercício acumulativo na 2ª Promotoria de Justiça de Penedo, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas pelo art. 129, III da Magna Carta, bem como, § 1º do art. 8º da Lei 7.347/85 e pelo art. 26, I da Lei 8.625/93, Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 01/2010 do CPJMP-AL, considerando as informações contidas no Ofício PGM n.º 112/2015, da Procuradoria Geral do Município de Penedo dando conta de acumulação indevida de cargo pela servidora municipal SHIRLEY PEREIRA SOARES, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada no CRAS Santo Antônio, órgão deste município de Penedo, a qual ocupa simultaneamente três cargos públicos de psicóloga, um em Penedo, com 40 horas semanais, mais um em Arapiraca com 40 horas semanais e outro no Estado de Alagoas, lotada no IML de Arapiraca, com nítida incompatibilidade de horários e excesso do limite de acúmulo permitido legalmente, incorrendo a referida servidora em atos de improbidade administrativa, resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, em face da servidora em tela a fim de averiguar os fatos e, se for o caso de confirmação, propor as medidas judiciais cabíveis, e para tanto determina:

Requisitar do Secretário Municipal de Gestão Pública de Penedo:

Cópia da ficha funcional, do termo de posse e do ato de nomeação da referida servidora;  
Folha de ponto ou extrato de ponto eletrônico, se for o caso, da servidora em tela referente a período a ser informado.

Requisitar da Secretaria de Planejamento e Gestão Pública de Alagoas:

Cópia da ficha funcional, do termo de posse e do ato de nomeação da referida servidora;  
Folha de ponto ou extrato de ponto eletrônico, se for o caso, da servidora em tela referente a período a ser informado;  
Informações sobre eventual processo administrativo disciplinar em face da servidora.

Requisitar da Secretaria de Administração do município de Arapiraca

Cópia da ficha funcional, do termo de posse e do ato de nomeação da referida servidora;  
Folha de ponto ou extrato de ponto eletrônico, se for o caso, da servidora em tela referente a período a ser informado;  
Informações sobre eventual processo administrativo disciplinar em face da servidora.

Requisitar da Procuradoria Geral do município de Penedo cópia do processo administrativo disciplinar atuado em desfavor da servidora;

Autuação e registro em livro próprio, consoante determina o art. 4º da Resolução n.º 01/10 do Colégio de Procuradores de Justiça.

O envio de uma cópia desta portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para informação e acompanhamento.

Determina, ainda, dar publicidade a presente portaria e para tanto faz oficiar ao Procurador Geral de Justiça no sentido de que esta seja publicada no Diário Oficial do Estado.  
Penedo, 03 de agosto de 2015.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

**Protocolo 182484**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARAGOGI

PORTARIA n.º 001/15

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Maragogi, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei n.º 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual n.º 015/96, em atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público, e considerando a

representação constante do processo PGJ N° 2503/2015, formulada pela Vereadora Cícera Maria Trindade Wanderlei, dando conta de possíveis irregularidades cometidas na admissão e remuneração de agentes políticos e servidores no Município de Japaratinga, por isso

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei n° 7.347/85, destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades; e para tanto, passa a adotar as seguintes providências :

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim; Requisição de informações à Prefeitura Municipal de Japaratinga, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;

Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Publique-se. Cumpra-se.

Maragogi, em 22 de julho de 2015.

FRANCISCA PAULA DE JESUS LOBO NOBRE SANTANA  
Promotora de Justiça

JOSÉ CARLOS S. CASTRO  
Promotor de Justiça  
Núcleo de Defesa do Patrimônio Público

NAPOLEÃO AMARAL FRANCO  
Promotor de Justiça  
Núcleo de Defesa do Patrimônio Público

**Protocolo 182521**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial

RESENHA

O Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, nos termos do art. 15 da Resolução 23, de 17.09.2007, do

Conselho Nacional do Ministério Público, cientifica aos interessados a adoção de providência nos seguintes Procedimentos Administrativos: Notícias de Fato n° 010/2015 - Interessado: Klebson Farias Porangaba - Visando dar ciência de comunicação de arquivamento, considerando que o interessado se mudou para São Miguel dos Campos - Decisão: Pelas considerações expostas, DETERMINO O ARQUIVAMENTO dos autos, sem prejuízo a fatos supervenientes, comunicando-se as partes a respeito deste ato.

Maceió, 03 de agosto de 2015.

Flávio Gomes da Costa Neto  
Promotor de Justiça

**Protocolo 182489**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
PROMOTORIA DA FAZENDA ESTADUAL  
RESENHA

A 21ª Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por meio do Promotor de Justiça titular, vem, nos termos do art. 5º, da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar ao(s) interessado(s) a adoção de providências no Procedimento Administrativo a seguir nominado: Procedimento Administrativo 86/15 (Anônimo-21/2015) - Interessado: anônimo - Objeto: relato de supostas irregularidades perpetradas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) - Decisão: os elementos trazidos são insuficientes à instauração de procedimento preparatório ou inquérito civil, pela ausência dos requisitos legais mínimos para a instauração de procedimento administrativo, a saber: inexistência de qualificação do representante, descrição fática genérica e ausência de indício de prova dos acontecimentos relatados. A outra parte das providências solicitadas são de interesse patrimonial disponível do noticiante, o que impede a atuação do Ministério Público. Diante do exposto, deixo de converter o feito em procedimento preparatório ou inquérito civil e indefiro o pedido nos termos do que preconiza o artigo 14, § 2º, da Lei 8.429/92, c/c o caput do artigo 5º da Resolução n° 23 do CNMP. Os interessados dispõem do prazo de 10 dias, a contar da data da publicação, para interpor recurso administrativo, com a juntada das respectivas razões.

Jamyl Gonçalves Barbosa  
Promotor de Justiça

**Protocolo 182522**

**ALAGOAS CONTRA A DENGUE**

**EVITE O ACÚMULO DE ÁGUA**

IMPRESA OFICIAL  
GRACILIANO RAMOS